

LEI n.º 098/98 de 06 de julho de 1998

**Súmula:** "Cria o CEXETRAN – Conselho Executivo Municipal de Trânsito, e o Fundo Municipal de Trânsito, e dá outras providências".

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DA CRIAÇÃO E DOS OBJETIVOS DO CONSELHO**

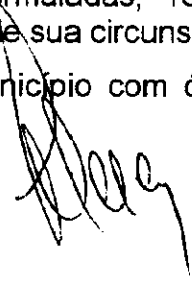
**Artigo 1.º** - Fica criado o CEXETRAN – Conselho Executivo de Trânsito do Município de Pontal do Paraná, com a função de órgão Executivo de trânsito e rodovias municipais.

**Artigo 2.º** - O CEXETRAN tem a seguinte composição:

- I. Prefeito, como seu presidente nato;
- II. O titular do Departamento Municipal de Urbanismo, ou seu órgão equivalente;
- III. O titular da Procuradoria Jurídica Geral do Município;
- IV. Um representante da PMPR, indicado pelo Comandante do 9º BPM; e
- V. Um representante da comunidade, indicado pelo Prefeito Municipal.

**Artigo 3.º** - Compete ao CEXETRAN:

- I. desempenhar as funções de órgão executivo de trânsito e rodovias municipais, nos termos do Código Brasileiro de Trânsito e segundo a competência estabelecida para o Município;
- II. estabelecer seu regimento interno;
- III. estabelecer as diretrizes da Política Municipal de Trânsito e do Fundo Municipal de Trânsito;
- IV. zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas no CTB, no âmbito de sua competência;
- V. responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito, no âmbito de sua circunscrição;
- VI. atender os dispositivos conveniados pelo Município com órgãos do Sistema Municipal de Trânsito.



**Artigo 4.º** - O CEXETRAN fica vinculado ao gabinete do Prefeito Municipal, tendo, na sua estrutura administrativa, além do Presidente, um Secretário Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal, cujo desempenho dessas funções se dará de forma gratuita.

## **SEÇÃO I**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CEXETRAN**

**Artigo 5.º** - São atribuições do Presidente:

- I. coordenar a consecução dos objetivos do Conselho;
- II. coordenar o Fundo Municipal de Trânsito;
- III. gerir os recursos financeiros do Fundo, assinando cheques em conjunto com o Secretário Municipal das Finanças e autorizando movimentações e aplicações dos recursos disponíveis;
- IV. firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão alocados no Fundo;
- V. ordenar o empenho das despesas do Fundo.

## **SEÇÃO II**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**

**Artigo 6.º** - São atribuições do Secretário Executivo:

- I. coordenar o gerenciamento das ações do CEXETRAN;
- II. gerir, em conjunto com o Presidente, e segundo diretrizes fixadas pelo Conselho, o Fundo e propor políticas de aplicação dos seus recursos;
- III. acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Trânsito;
- IV. submeter ao conselho o plano de aplicação dos recursos inerentes ao Fundo, o qual deverá ser elaborado com bases nas diretrizes fixadas no Código de Trânsito Brasileiro;
- V. encaminhar aos órgãos competentes as demonstrações contábeis relativas ao Fundo, depois de aprovadas pelo Conselho;



- VI. preparar as demonstrações gerenciais mensais a serem encaminhadas ao Conselho e ao Prefeito Municipal;
- VII. manter os controles necessários à execução do plano de aplicação do Fundo e acompanhar a execução orçamentária do mesmo;
- VIII. manter, em consonância com o setor de patrimônio da Prefeitura do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga para o Fundo;
- IX. encaminhar a contabilidade geral do Município, anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Fundo;
- X. preparar relatórios de acompanhamento da realização das ações para serem submetidas às autoridades do Sistema Estadual e Nacional de Trânsito;
- XI. providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo, submetendo-a aos interessados;
- XII. manter os controles necessários sobre Convênios.

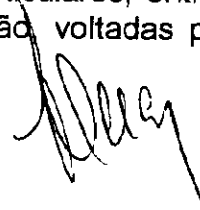
## CAPÍTULO II DA CRIAÇÃO DO FUNDO

**Artigo 7.º** - Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito, órgão de regime especial, com o objetivo de dar suporte financeiro à ação do Município em atendimento ao disposto no art. 24 e incisos, da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

## CAPÍTULO III DO ATIVO PERTINENTE AO FUNDO

**Artigo 8.º** - Constituirá o Ativo identificado com o Fundo Municipal de Trânsito, a parcela específica do ativo da Prefeitura a este vinculada, tais como:

- I. recursos advindos por força do Código de Trânsito Brasileiro;
- II. dotações orçamentárias alocadas pelo Poder Executivo;
- III. doações, auxílios, contribuições e legados de particulares, entidades internacionais e Nacionais, governamentais ou não, voltadas para o objetivo do Fundo;



- IV. recursos transferidos de instituições Federais, Estaduais e outras;
- V. Produto das aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- VI. Outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1.º - Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial vinculada e identificada, aberta e mantida em agência do banco oficial do Município.

§ 2.º - A aplicação no mercado de capitais dos recursos de natureza financeira dependerá da existência de disponibilidade, considerando o fluxo de caixa.

§ 3.º - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

#### **CAPÍTULO IV DO PASSIVO DO FUNDO**

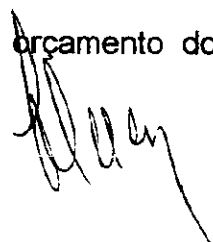
**Artigo 9.º** - Constituirá o Passivo do Fundo Municipal de Trânsito, as obrigações de qualquer natureza que porventura venha a assumir para a manutenção e o funcionamento dos seus programas.

#### **CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE**

##### **SEÇÃO I DO ORÇAMENTO PRÓPRIO**

**Artigo 10** - O orçamento do Fundo Municipal de Trânsito evidenciará a política e os programas de trabalho governamentais, observados o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1.º - O orçamento do Fundo integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.



§ 2.º - O orçamento do Fundo observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidos na legislação pertinente, especialmente a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

**Artigo 11** - Até trinta (30) dias após a promulgação da Lei de Orçamento do Município, caberá ao Prefeito, com base nas dotações que foram consignadas, aprovar detalhamento do seu orçamento próprio da Receita e da Despesa.

## SEÇÃO II DA CONTABILIDADE

**Artigo 12** - A contabilidade do Fundo Municipal de Trânsito terá por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária dos seus objetivos constitutivos, observados os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

**Artigo 13** - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

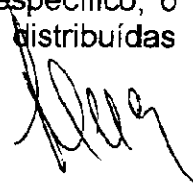
**Artigo 14** - A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive de custos e serviços.

**Parágrafo Único** - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes de receita e despesa relativas ao Fundo e demais demonstrações exigidas pela administração.

## CAPÍTULO VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### SEÇÃO I DA DESPESA

**Artigo 15** - Imediatamente após a aprovação do Prefeito do detalhamento do orçamento próprio do Fundo, a qual dar-se-á por Decreto específico, o Conselho Gestor aprovará o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras dos objetivos do Fundo.



**Parágrafo Único** - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento próprio e o comportamento da sua execução.

**Artigo 16** - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

**Parágrafo Único** - Para casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decreto do Executivo.

**Artigo 17** - A despesa do Fundo Municipal de Trânsito se constituirá de:

- I. Financiamento total ou parcial de despesas e investimentos decorrentes do desempenho da competência municipal prevista no art. 24 e seus incisos, do Código de Trânsito Brasileiro;
- II. Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de trânsito.

**Artigo 18** - A realização de despesas obedecerá os princípios da Estatuto Jurídico das Licitações e dos Contratos Administrativos.

**Artigo 19** - A movimentação financeira dos recursos do Fundo, dar-se-á, sempre através de cheque nominal, pelo setor de financeiro do Município, obedecendo aos procedimentos adotados para as despesas da Prefeitura, constando da assinatura do Prefeito, na qualidade de Presidente do Conselho e do Secretário Municipal das Finanças.

## SEÇÃO II DA RECEITA

**Artigo 20** - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS



**Artigo 21** - Para atendimento do disposto no artigo 11 sobrescrito, neste exercício financeiro, o setor de Contabilidade da Prefeitura deverá apresentar ao Chefe do Executivo, dentro de trinta dias (30), contados da data da publicação desta Lei, detalhamento do orçamento próprio do Fundo.

**Artigo 22** - O Prefeito Municipal e/ou Presidente do CEXETRAN fica autorizado a firmar convênio com órgãos estaduais e federais, para os fins previstos no art. 24 e seus incisos com base no art. 25 e seu parágrafo único, do Código de Trânsito Brasileiro.

**Artigo 23** - Em caso de extinção do Fundo Municipal de Trânsito, o seu patrimônio será incorporado ao Patrimônio Municipal.

**Artigo 24** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de julho de 1998



**HÉLIO GAISSLER DE QUEIROZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

<b>PUBLICAÇÃO</b>			
ATO	Lei n.º 098/98 de 06.07.98		
ORGÃO	CORREIO ATLÂNTICO		
EDICÃO n.º	102	Data	16.07
		Pg.	13
		Em.	20,07,1998
FUNC. ENCARGADO			